

# FRUTICULTURA E ATIVIDADE DOCEIRA COMO ALTERNATIVAS PROMOTORAS DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS/BRASIL

## *FRUIT CULTURE AND CANDY ACTIVITY AS PROMOTING ALTERNATIVES OF DEVELOPMENT TO THE CITY OF PELOTAS/RS/BRAZIL*

Letícia Lengler<sup>1</sup> - Adriano Lago<sup>2</sup> - Daniel Arruda Coronel<sup>3</sup> - Tânia Nunes da Silva<sup>4</sup>

### Resumo

Durante muitos anos o município de Pelotas ocupou posição de destaque no desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, principalmente no período das *charqueadas*, entrando em declínio posteriormente. Contudo, novas alternativas têm emergido ao longo dos anos, objetivando retomar o desenvolvimento local e regional. Assim, o presente estudo tem por objetivo apresentar a fruticultura e a atividade doceira como alternativas promotoras de desenvolvimento para o município de Pelotas, bem como a rastreabilidade e identificação de procedência como fatores de diferenciação e competitividade para estes setores. Tomou-se como lente de análise algumas reflexões sobre desenvolvimento regional e local, focado na problemática das desigualdades regionais, bem como nas alternativas e potencialidades locais para alavancar o desenvolvimento. A fruticultura e a atividade doceira do município de Pelotas e região estão inseridas na geração de desenvolvimento local e regional, impulsionando a promoção de empregos e renda, tanto na produção agrícola, industrial e de serviços. No entanto, estes setores apresentam potencialidades que podem ser agregadas através da prática de rastreabilidade na fruticultura e identificação de procedência no setor doceiro.

**Palavras-chave:** desenvolvimento regional; rastreabilidade; identificação de procedência

### Abstract

During many years Pelotas community hold an enhanced position in the development of Rio Grande do Sul state, mainly at the *charqueadas* period, but later going downwards. However, new alternatives have been coming up along the years, aiming to retake the local and regional development. Therefore, the present study has as objective to present the fruit culture and the candy activity as promoter alternatives of development to the city of Pelotas, as well as traceability and origin identification as differentiation and competitive factors to these sectors. It was taken as analysis lens a few reflections about regional and local development, focused in the regional inequalities problematic, as well as local alternatives and potentialities to increase the development. The fruit culture and candy activity from Pelotas city and region are inserted in generating local and regional development, promoting jobs and income, such as in agriculture production, as industry and services. Therefore, these sectors present potentialities that can be aggregated through the practice of traceability in the fruit culture and origin identification in the candy sector.

**Keywords:** regional development; traceability; origin identification

---

<sup>1</sup> Mestra em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Administradora de Empresas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: llenglerworld@yahoo.com

<sup>2</sup> Doutorando em Agronegócios pela UFRGS, Mestre em Extensão Rural (UFSM), Engenheiro Agrônomo (UFSM) e bolsista de Doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). E-mail: adrianolago@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Doutorando em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Mestre em Agronegócios (UFRGS) e Economista (UFSM). E-mail: daniel.coronel@ufrgs.br

<sup>4</sup> Professora Adjunta dos Programas de Pós-Graduação em Administração e Agronegócios da UFRGS e Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Agronegócio. E-mail: tnsilva@ea.ufrgs.br

## 1 Introdução

O desenvolvimento econômico de um município ou de uma região é fortemente dependente das potencialidades e articulações locais, ou seja, não deve se esperar que determinada região alcance um alto índice de desenvolvimento em função de ações externas. Pois, mesmo no caso da instalação de uma grande indústria, que é o sonho de muitos poderes e lideranças locais, isso não ocorre se não existem potencialidades que possam atrair tais investimentos.

Por outro lado, os fatores de desenvolvimento representados pelas potencialidades locais podem sofrer alterações ao longo dos anos, em função de mudanças das mais diversas ordens. No caso do município de Pelotas, objeto deste estudo, pode-se citar o ciclo das charqueadas quando então esta era a região mais rica e próspera do Rio Grande do Sul. Com o passar dos anos esta região passou de uma posição de destaque de riqueza, para uma posição de decadência sem precedentes, que avança sobre a população do meio rural e urbano. No entanto, são nos momentos de crises que emergem idéias e iniciativas que aos poucos acabam ocupando espaços e contribuindo na superação de uma determinada situação.

Assim sendo, foi mediante a atividade da fruticultura que o município de Pelotas e região estão encontrando uma das alternativas para alavancar novamente o desenvolvimento da região.

Associado a fruticultura e a cultura local, a atividade doceira destaca-se como outra potencialidade através da Feira Nacional de Doces – FENADOCE, a qual expõe e comercializa as maiores iguarias doces produzidas da região.

Nesta perspectiva, teve-se como objetivo apresentar a fruticultura e a atividade doceira como alternativas de desenvolvimento para o município de Pelotas, bem como a rastreabilidade e identificação de procedência como fatores de diferenciação e competitividade para estes setores. Para tanto, primeiramente, aborda-se alguns conceitos a cerca do desenvolvimento regional, ressaltando a questão das disparidades sócio-econômicas regionais, mais especificamente da Região de Pelotas. Após, insere-se uma reflexão sobre as principais atividades da região, quais seja a fruticultura e a atividade doceira, no que tange o desenvolvimento da mesma. Acrescenta-se então, a discussão da rastreabilidade e da identificação de procedência como fatores de desenvolvimento e competitividade para os segmentos abordados, e por fim, têm-se as considerações finais.

## 2 Desenvolvimento e desigualdades regionais

Nos últimos tempos as discussões e concepções de desenvolvimento vem evoluindo de uma abordagem genérica, ampla, contendo variáveis diferentes e desiguais ao nível nacional, para uma visão local, valorizando e utilizando os elementos humanos e materiais ali existentes (PORTUGAL, 2002).

Nesta ótica, para o mesmo autor as idéias de desenvolvimento devem estar voltadas para a redução da pobreza, a elevação dos padrões educacionais e a inserção da economia tradicional nos mercados regionais, nacionais e internacionais através da reconversão produtiva, adaptada tecnologicamente às limitações climáticas e ecológicas.

Para Vazquez Barqueiro (1998):

[...] o desenvolvimento econômico local é um processo de crescimento e mudança estrutural que se produz em consequência da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, da utilização de economias externas e da produção e inovação, e que gera o aumento do bem estar de uma cidade, comarca ou região.

A noção e o processo de desenvolvimento local e regional passam, inevitavelmente, por uma ampla gama de forças políticas, sociais e institucionais em relação ao debate sobre a base dos problemas e alternativas de reação, reorganização e/ou adaptação às novas realidades criadas e/ou em curso de operacionalização. Projetos ou planos definidos como básicos, setoriais, de desenvolvimento; com missões específicas nos campos econômico, social e sustentável e, ainda, aplicáveis as dimensões territoriais variáveis: municipais, locais e regional A criação de um sistema local/regional competitivo, por meio da articulação dos atores responsáveis pela eficácia do ambiente relacional das empresas, determina um forte processo de concentração dos interesses sociais, denominado regionalização social (CASAROTTO FILHO & PIRES, 1998).

Na perspectiva atual de desenvolvimento em que o local e o regional ganham destaque, ganham espaço consequentemente também, às reflexões sobre as desigualdades regionais, seus problemas e soluções. Cabendo assim, algumas considerações sobre as desigualdades regionais do estado do Rio Grande do Sul, permitindo-se entender o processo de desenvolvimento, suas interfaces e processos históricos e culturais que o afetam.

O Estado do Rio Grande do Sul (RS), apesar de apresentar indicadores sócio-econômicos superiores a média nacional, mantém indicadores de desigualdade, que conforme Oliveira (2001) são significativos tanto em aspectos qualitativos quanto quantitativos, tais como: distribuição de renda, expectativa de vida, nível de educação e mortalidade infantil (BAGOLIN, GABE & RIBEIRO, 2004).

Conforme Silveira, Batista & Machado (2004) a partir da década de 1980, começaram acentuar-se nos meios acadêmicos e políticos discussões sobre a estagnação econômica dos municípios situados ao sul do estado do Rio Grande do Sul. Este fato decorreu como resultado natural de alguns processos como a crise da ovinocultura, a implantação do Mercosul e finalmente o impacto da abertura econômica neoliberal, ditado ao Brasil pelas circunstâncias internacionais de globalização da economia mundial.

Com base nesta preocupação em relação aos municípios do sul do Estado, em agosto de 1995, foi criada na Assembléia Legislativa uma Comissão Especial para o desenvolvimento da Metade Sul. Foram considerados os municípios existentes até janeiro de 1995, ficando a Metade Sul com 62 municípios em uma área de 131.852 Km<sup>2</sup> (48,95% da área total do RS), com uma população de 2.987.000 habitantes. A Metade Norte, com 51,05% da área do Estado, apresentava 364 municípios e uma população de 7.067.000 de habitantes (70,29%) (SILVEIRA, BATISTA & MACHADO, 2004).

As regiões Metade Norte e Sul do Rio Grande Do Sul (RS) apresentam estruturas produtivas assimétricas, enquanto na Metade Norte predomina a pequena propriedade e a industrialização na Metade Sul predomina as grandes propriedades. Os municípios de Santa Maria, Pelotas, Rio Grande e Passo Fundo, os quais pertencem a Metade Sul, são os únicos incluídos entre os primeiros 20 municípios de maior PIB no estado fora da Região Industrial Diversificada (RID) (localizada na região metropolitana de Porto Alegre, estendendo-se ao norte até Caxias do Sul e ao oeste até Santa Cruz do Sul). Entretanto, com exceção de Rio Grande que evoluiu de 7<sup>o</sup> para 6<sup>o</sup> lugar, os demais municípios perderam posições quando comparados os anos de 1996 e 2001. Portanto, parece óbvio que a agropecuária não fornece uma sustentação de desenvolvimento econômico, mesmo para os municípios pólos destas áreas, pois, em Rio Grande a dinâmica econômica está ligada principalmente ao “Super Porto”, contrastando com Pelotas e Passo Fundo, com forte dependência na agropecuária, que perderam 4 e 2 posições, respectivamente (SILVEIRA, BATISTA & MACHADO, 2004).

A Renda Interna per capita, no período de 1939-80, cresceu 345,28% na Metade Sul e 559,02% na Metade Norte. Portanto, a Região Norte do Estado cresceu no período 61,9% a mais que a Sul. Com relação ao volume de produção dos 20 principais produtos do setor agrícola em 1987, a Metade Sul contribui com 15,7% do total do Estado, no entanto quanto à produção de bovinos a contribuição foi de 61,13%. Ainda, segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE), o PIB gaúcho de 1996 da Metade Sul representava apenas 19,97% contra os 80,03% da Metade Norte (SILVEIRA, BATISTA & MACHADO, 2004).

Porém, para compreender as disparidades socioeconômicas entre a Metade Sul e a Metade Norte do Rio Grande do Sul (RS) é necessário balisar-se nos processos de colonização de cada região, de como elas se inserem no contexto colonial e principalmente no modelo de desenvolvimento que cada uma delas adota.

A colonização, a qual o Brasil foi submetido, estava ligada a expansão marítima e comercial da Europa, ao fortalecimento das monarquias nacionais absolutistas<sup>5</sup> e a política econômica do mercantilismo<sup>6</sup>.

Neste contexto é que se realizou a colonização<sup>7</sup> do Brasil, onde num primeiro momento explorou-se o pau-brasil e posteriormente o açúcar na região nordeste.

Ao contrário da região Nordeste, que logo após o declínio da exploração do pau-brasil despertou interesse português, devido ao açúcar não poder ser produzido na Europa e também por ter um alto valor agregado, o Rio Grande do Sul não apresentava produtos que não pudessem ser produzidos na Europa, portanto a colonização do mesmo tem várias peculiaridades, visto que o mesmo não seria o foco da colonização.

O Rio Grande do Sul integrou-se tardiamente ao restante do Brasil colonial. Foi descoberto no início do século XVI, a partir de expedições litorâneas de exploração e comércio de pau-brasil, típicas da fase pré-colonizadora, que chegaram até o litoral do extremo sul do Brasil. Destas viagens, resultaram registros e descrições da costa gaúcha, assim como a generalização do nome “Rio Grande de São Pedro” para toda a área. Entretanto, a região permaneceu inexplorada por mais de um século, enquanto que no restante da América portuguesa se desenvolviam os engenhos de açúcar. Desvinculado da agricultura colonial de exportação diretamente integrada ao mercado internacional, o Rio Grande do Sul carecia de sentido no contexto do processo de acumulação primitiva de capitais que se verificava nos quadros do Antigo Sistema Colonial (PESAVENTO, 1997, p.07).

O Rio Grande do Sul devido a sua forma geográfica pode ser dividido em três regiões: Região Sul, Nordeste e Norte. Para fins de análise convencionou-se chamar a região sul de Metade Sul e as regiões Norte e Nordeste, que apresentam modelos de colonização semelhantes de Metade Norte.

A colonização da Metade Sul foi alicerçada através de grandes propriedades, com a doação de sesmarias com a predominância do latifúndio.

As sesmarias eram terras devolutas medindo em regra 3 léguas por 1 légua (cerca de 1.300 hectares) e foram concedidas primeiramente na região que se estendia de Tramandaí aos campos de Viamão, passando por Gravataí e um pouco mais ao sul,

---

<sup>5</sup> O absolutismo foi sustentado basicamente por três pilares: a igreja católica, a burguesia em formação e por idéias de pensadores como Nicolau Maquiavel (1469-1527), autor da célebre obra “O Príncipe” e Thomas Hobbes (1588-1679) que com sua obra “O Leviatã” justifica o absolutismo real.

<sup>6</sup> O mercantilismo tinha como metas: balança comercial favorável incentivo às exportações, restrições às importações, incentivo ao metalismo (quanto mais metais preciosos o país tiver, de preferência ouro, mais rico ele será) e colônias complementares ao que a metrópole produzisse.

<sup>7</sup> Para maiores informações para a colonização ver Simonsem (1967) e Braga Furtado (1988).

acompanhando o caminho dos tropeiros no exíguo Rio Grande português da época (PESAVENTO, 1997, p.15).

As sesmarias tinham um caráter excludente, pois só eram destinadas a pessoas da raça branca e da religião católica. As sesmarias tinham apesar de tudo um aspecto positivo, pois se as terras não fossem usadas de maneira eficiente voltavam à coroa portuguesa. Nessa época a economia da Metade Sul caracterizou-se por ter centros urbanos esparsos sem inter-relações comerciais, população essencialmente rural cuja base da economia, era o charque, a criação de mulas e a lavoura de arroz.

Conforme Quevedo dos Santos e Tamanquevis dos Santos (1990, p.35), “[...] na charqueada o trabalho alcança o nível de produção mais intensa. Em Pelotas, formar-se-ia uma opulenta classe de senhores-de-escravos”.

Assim, a Metade Sul do RS, até a metade do século XIX, era a região de destacado dinamismo do estado, visto que se articulava com o centro do país através do fornecimento do charque, destacando-se a cidade de Pelotas como importante centro econômico, político e cultural do estado, enquanto nessa época, a Metade Norte era a região menos desenvolvida.

Tamanho era o desenvolvimento da região, com destaque para a cidade de Pelotas, que a maioria das famílias de posses mandava seus filhos estudar no exterior, principalmente na França. Neste momento é que surge o folclore de que a cidade de Pelotas seja um local de muitos homens com hábitos afeminados, fato esse que até os dias de hoje dá a Pelotas esta fama nacional. Tudo isso, em função de que os jovens que iam estudar na França retornavam com traços da cultura francesa e hábitos requintados, os quais eram vistos como afeminados pelos homens rudes do campo.

Contudo, a partir do final do século XIX, com a crise da pecuária, as charqueadas começaram a entrar em declínio, contribuindo para a Metade Sul ir diminuindo gradativamente sua pujança econômica. A quase inexistência de outras atividades que não as ligadas à agropecuária, e a existência de latifúndios improdutivos, contribuíam significativamente para a Metade Sul ir perdendo seu dinamismo na economia gaúcha e começar a apresentar baixo crescimento econômico.

[...] traço histórico econômico fundamental é a estrutura fundiária caracterizada pela concentração da posse da terra, formada a partir das sesmarias doadas nos últimos tempos do período colonial [...]. Pode-se afirmar que dessa estrutura fundiária decorrem, em última análise, outros aspectos que caracterizam a sociedade local até o presente, como a concentração da renda, os centros urbanos esparsos, a reduzida densidade da população rural e o predomínio da pecuária. (ALONSO, BENETTI E BANDEIRA, 1994, p.224).

Com isso, a Metade Sul do RS, ao longo dos anos vem demonstrando falta de dinamismo industrial, falta de empreendedores que possam contribuir para alavancar o setor industrial da região.

De acordo com Alonso, Benetti e Bandeira (1994, p.31) “a região apresenta deficiências significativas no que diz respeito à disponibilidade de economias externas de localização e de urbanização”.

A partir de 1939, a Metade Sul começou a ter uma participação menor em relação a Metade Norte no produto interno do Estado, como pode ser observado pela Tabela 1.

**TABELA 1 - Participação percentual no Produto Interno Bruto do Estado do Rio Grande do Sul (1939-2003).**

Regiões/Ano	1939	1949	1959	1970	1980	1990	1999	2003
Metade Norte	61,7	69,9	70,5	76,03	78,6	82,3	79,42	78,6
Metade Sul	38,3	30,1	29,5	23,97	21,4	17,7	17,28	21,4
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Adaptado de Fundação de Economia e Estatística ( FEE), 2006.

A outra forma de colonização do Rio Grande do Sul (RS) foi mediante a vinda de imigrantes: alemães, italianos, açorianos e espanhóis. Essa forma de colonização compreende as Regiões Norte, onde predominou a pequena propriedade, produção diversificada e lavouras mecanizadas; e a Região Nordeste, que é constituída pelo eixo Porto Alegre - Caxias do Sul, cuja base da economia concentrou-se na agricultura voltada para a subsistência, comércio artesanal ativo e posteriormente no deslocamento das atividades primárias para o setor industrial.

No entendimento de Marion Filho (1998, p.35) “a imigração européia além de povoar a parte do Estado mais despovoado, a serra e o litoral, conduziu o Rio Grande do Sul para o primeiro lugar no todo de alfabetização”.

Em contraste com a Metade Norte do Rio Grande do Sul que apresenta taxas contínuas de crescimento econômico a Metade Sul do RS continua até os dias atuais apresentando baixo crescimento econômico, apesar de já terem sido realizadas várias políticas estaduais e nacionais para fomentar o desenvolvimento da região e os setores produtivos, contudo até o presente momento estas iniciativas tiveram pouco êxito.

Do ponto de vista econômico, a Cidade de Pelotas foi a mais atingida pelos impactos da reestruturação, pela abertura comercial e pelo acordo do Mercosul nos anos 1990. Esses fatores acabaram por reforçar, nesse período, o longo declínio econômico a que o município esteve submetido por muitas décadas. Em 1990, o município gerava 2,64% do PIB estadual, caindo para 1,70% em 2001. A queda ocorreu em todos os setores da economia urbana, mas

a queda mais acentuada ocorreu na indústria pelotense, outrora o carro-chefe da economia da região. Esse setor representava 3,01% da produção industrial do Estado em 1990, passando para 1,02% em 2001, certamente a marca mais baixa da sua história. Tal desempenho teve como contrapartida, no plano social, a perda de 50,37% dos empregos formais do setor, queda não determinada pela modernização do parque industrial, mas, sim, pela perda pura e simples da função manufatureira que a cidade desempenhou no passado (ALONSO, 2003).

Por isso, os desafios fundamentais para a promoção do desenvolvimento, passam pela globalização da economia, obrigando o estabelecimento de processos eficazes de manutenção de um alto nível de competitividade do sistema econômico, na conquista de vantagens competitivas e de novos mercados. A criação de um sistema local/regional competitivo, por meio da articulação dos atores responsáveis pela eficácia do ambiente relacional das empresas, determina um forte processo de concentração dos interesses sociais, denominado regionalização social (CASAROTTO FILHO & PIRES, 1998).

Neste cenário de decadência das bases econômicas de uma região e em especial do município de Pelotas, é que a fruticultura e a atividade doceira estão inseridas como alternativas para a retomada do desenvolvimento local e regional.

### **3 A fruticultura e a atividade doceira no que tange ao desenvolvimento regional**

O desenvolvimento baseado em iniciativas idealizadas e gerenciadas em nível local e realizadas pela mobilização dos principais atores sociais e econômicos operantes no território, conduz a identificação de atores locais que possam criar uma rede de instituições que sejam capazes de alimentar automaticamente a realização de projetos de desenvolvimento local ao longo do tempo, criando canais de comunicação contínua entre diversos atores locais, utilizadores, produtores e fornecedores de serviços (CASAROTTO FILHO & PIRES, 1998).

As cadeias produtivas são importantes componentes para o desenvolvimento econômico setorial e regional. Para Castro *et al.*, (1998) o desenvolvimento econômico de uma região pode estar associado ao desempenho de diversas cadeias produtivas. Para o mesmo autor, variáveis de desenvolvimento social, como nível de emprego, saúde, habitação, freqüentemente também estão associadas ao desempenho de determinadas cadeias produtivas, sendo que os setores da economia dependem diretamente desse desempenho.

Neste sentido a fruticultura e a atividade doceira na região de Pelotas emergem como alternativas de desenvolvimento econômico para a Metade Sul, através do desenvolvimento



das cidades, da melhora na qualidade de vida, bem como soluções para a crise da pecuária (SILVEIRA, BATISTA & MACHADO, 2004).

Visando apresentar a relevância do setor frutícola para a economia da Região de Pelotas, observa-se na tabela 2, que o mesmo foi responsável no ano de 2003 por aproximadamente 9% do Valor Agregado Bruto do Setor Agropecuário. Cabe mencionar que o setor possui encadeamentos também no setor industrial, o qual é responsável pelo processamento de frutas, como por exemplo, a Indústria de Conservas Irmãos Oderich Ltda, ou seja, a relevância do setor pode ser estendida a outros setores, que não são mencionados neste estudo.

**TABELA 2: Evolução da economia do Município de Pelotas no período de 1999 a 2003, em mil reais.**

	1999	2000	2001	2002	2003
PIB	1.664.929	1.676.713	1.813.571	1.884.658	2.115.030
VA Agropecuária	70.716	67.727	97.116	105.553	131.208
VA Indústria	512.175	562.770	532.835	567.202	661.498
VA Serviços	980.499	996.186	1.038.580	1.113.175	1.175.836
VA Fruticultura	2.214	6.365	5.912	9.579	11.388

Fonte: Adaptado de IBGE, 2006.

Para Ferreira, (2001, p.72):

A par de todas as dificuldades que entravam o desenvolvimento da região, surge uma alternativa que, se bem aproveitada, pode tornar-se o diferencial que irá reverter tal quadro enfrentado pela Região da Campanha, que é representado pela fruticultura, cujos resultados são surpreendentes se comparados com a atividade tradicional.

Além da capacidade de aumentar a renda por hectare na região, como pode-se observar na Tabela 3, há que se destacar a elevação de empregos que a fruticultura pode gerar, não somente no campo, como também na indústria processadora e, conseqüentemente desenvolverá a necessidade de ampliação do setor de serviços.

Neste sentido Ferreira (2001, p.73) afirma que:

É necessário ressaltar que a atividade no campo da fruticultura envolve considerável mão-de-obra (em torno de seis (6) empregos por hectare), segundo dados da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) e viabiliza as pequenas propriedades, com a utilização não só da força de trabalho dos componentes do núcleo familiar, como também dos excedentes da região, fixando o homem ao meio, diminuindo, sobremaneira, o êxodo rural e o desemprego, bem como o empobrecimento das famílias, com o uso constante da força de trabalho da mulher, contribuindo para sua promoção e retenção das famílias no meio rural.

**TABELA 3: Alternativas de produção e renda bruta por hectare/ano**

ALTERNATIVAS	RENDA BRUTA EM R\$/HA/ANO
Ovinos	120,00
Pecuária de corte	100,00
Pecuária de leite	424,00
Trigo	270,00
Milho	350,00
Sorgo	350,00
Arroz	1.300,00
Sementes de hortaliças	1.600,00
Fruticultura	9.100,00

Fonte: Adaptado de Ferreira, 2001.

Além da fruticultura, destaca-se o segmento doceiro como alternativa ao desenvolvimento da Região de Pelotas. O mesmo (composto pelas fábricas artesanais, doçarias e confeitarias) responde por um faturamento anual estimado em R\$ 7 milhões, sendo que as vendas ocorrem principalmente no mercado local (40%), nas demais regiões do estado (40%) e nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, etc, (20%). Estima-se um comércio mensal de 150.000 unidades de doces. A demanda de mão-de-obra nos períodos de pico alcança cerca de 5 mil pessoas ao longo de toda a cadeia (RIO GRANDE DO SUL, 2001).

A origem da tradição doceira em Pelotas remonta o ciclo do charque, que foi um período dos mais pródigos na história riograndense. Foram os novos barões, a elite de emergentes da época, que trouxeram os costumes dos parentes lusitanos e dos senhores de engenho do nordeste (MAGALHÃES, 2001).

Com o fim das charqueadas e com a chegada dos imigrantes alemães, italianos e franceses em meados do século XIX, novas etnias passaram a conviver no mesmo espaço possibilitando a troca de costumes e tecnologias. É nessa época que se intensificou o plantio de frutas de clima temperado como pêssigo, maçã, figo, marmelo e pouco depois a utilização dessas frutas na forma de compotas, doces de massa, passas e cristalizados (MAGALHÃES, 2001).

Com a intensificação do plantio de frutas e também sua utilização na atividade doceira, surge uma nova matriz produtiva proporcionando novas oportunidades e desafios na retomada do desenvolvimento local e regional. Com o avanço destas atividades que passam a ser referência para a região, pode-se visualizar a necessidade e a oportunidade do aproveitamento das capacidades e especificidades locais, novas técnicas de agregação de valor e de qualidade podem ser adotadas, desenvolvendo e qualificando ainda mais a fruticultura e a atividade doceira. Dentre essas novas técnicas, quer-se destacar a seguir, a rastreabilidade e a identificação de procedência.

#### **4 Rastreabilidade e identificação de procedência como fatores de desenvolvimento e competitividade**

Ao longo das últimas décadas ocorreram avanços tecnológicos e organizacionais que mudaram a fisionomia do agronegócio. Na maioria das economias, os mercados mudaram de meramente supridores para a condição de orientados pela demanda. Estar em contato com as exigências do consumidor tornou-se um trunfo competitivo imprescindível para a sustentabilidade das atividades de produção.

O consumidor quer maximizar o grau de satisfação que poderá obter, considerando o orçamento limitado que dispõe. Assim, atualmente os consumidores vêm exigindo alimentos com atributos de segurança e qualidade, além de certificados confiáveis que atestem e garantam a existência desses atributos nos alimentos por eles adquiridos.

Os aspectos relativos à segurança alimentar focam na busca pela distinção qualitativa (estética, valores nutricionais, aspectos ambientais, rastreabilidade, etc.) do produto como alternativa para a aquisição da confiança do consumidor, levando-se em conta seus gostos e preferências (SPERS, 2000).

Visto que a diferenciação dos produtos no mercado visa oferecer maior qualidade e segurança aos consumidores, tal anseio é devido ao desenvolvimento em direção à proteção de seus alimentos, seus conhecimentos e habilidades (*know-how*) e devido à necessidade e demanda mundial de produtos mais saudáveis, ecologicamente corretos, rastreáveis, dentre outros.

Portanto, frente à exigência cada vez maior dos consumidores por produtos seguros e de qualidade, emerge também a demanda pela sua rastreabilidade. Pois, esta é uma forma de garantia de informação imediata e transparente sobre a qualidade e segurança do alimento a ser consumido.

De acordo com Digiovani (2006), a rastreabilidade visa garantir a qualidade de produtos, onde a qualquer momento, a partir de um determinado histórico, seja possível adotar ações preventivas ou corretivas na fonte causadora de problema em qualquer dos passos envolvidos nos processos da cadeia produtiva, desde o fornecedor de insumos até a disponibilização do produto ao consumidor.

Lara *et al.* (2003) definem rastreabilidade, como um mecanismo que permite identificar a origem do produto desde o campo até o consumidor, podendo ter sido, ou não, transformado ou processado. Ou seja, é um conjunto de medidas que possibilitam controlar e monitorar todas as movimentações nas unidades, de entrada e de saída, objetivando a busca pela

distinção qualitativa (estética, valores nutricionais, produção de qualidade e com origem garantida).

Outra forma de valorizar produtos agrícolas é identificar aqueles produzidos em uma determinada região com características próprias. Pois, quando estes produtos ultrapassam as fronteiras do local de produção, passam a se defrontarem com similares, sofrendo concorrências desleais que prejudicam e desestimulam os produtores. No entanto, mediante a identificação, esses produtos regionais podem ser inseridos e valorizados no cenário global através de ações com vistas para o estabelecimento do selo de identificação de procedência, o qual atesta suas características originais.

Assim, percebe-se que as organizações, seja qual for o segmento, precisam estar orientadas para, além da produção, principalmente para o mercado, mediante a utilização de práticas de rastreabilidade e identificação de procedência, as quais estão fazendo parte das exigências dos consumidores.

Sendo assim, dada a relevância do setor frutícola e da atividade doceira para a região de Pelotas, estas técnicas e práticas demandadas pelos consumidores necessitam atenção especial. Atualmente as exigências de rastreabilidade e identificação de procedência são exigências maiores para os mercados internacionais, porém, os consumidores nacionais aos pouco também estão demonstrando esta preferência.

Frente a este cenário, instituições fomentadoras, como Embrapa, Sebrae e Emater desenvolvem papel relevante no desenvolvimento da fruticultura e da atividade doceira na região de Pelotas. Pois, a interação dessas instituições mediante a concepção, realização, aplicação de projetos e programas voltados à capacitar o produtor rural, atuam no sentido de preparar o mesmo para enfrentar as demandas desse mercado cada vez mais exigente e complexo.

Cabe destacar ainda, a necessidade de articulação entre o poder público local, Embrapa, Sebrae, Emater, empresas privadas, e outros, no sentido de não só manter, estimular a produção e comercialização de frutas e doces, mas sim, estar permanentemente visualizando e preparando-se para as demandas do mercado nacional e internacional.

Neste campo algumas iniciativas podem estar desencadeando um processo de qualificação, agregação de valor e criação de identidade para estas atividades. No caso da fruticultura existe um programa de produção integrada de frutas, capitaneado pela Embrapa, bem como a implantação da rastreabilidade na produção de pêssego pela empresa Oderich S/A, mediante a realização de parcerias com as entidades locais.

Por outro lado, as tradicionais receitas de doces trazidas pelos imigrantes e que foram aperfeiçoadas, através dos tempos, pelos seus descendentes, onde cada família inventava a sua receita, adicionando uma pitada do gosto pessoal, uma colher de produtos locais, criaram essas maravilhas, segredos guardados a sete chaves pelas famílias doceiras que fazem com que Pelotas seja conhecida como a Capital Nacional do Doce (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2006). No entanto, no momento da comercialização o setor tem enfrentado o problema da “falsificação” das receitas originais, a qual faz com que por muitas vezes o doce seja comercializado sem a devida qualidade que advém de uma receita original. Ou seja, é possível encontrar em diversos locais do País denominados “Doces de Pelotas”, os quais muitas vezes não são originários de Pelotas nem seguem as receitas originais.

Assim, uma possível alternativa seria a criação de um selo de identificação de procedência e divulgação da marca “Doces Artesanais de Pelotas”. A base competitiva estaria calcada fundamentalmente na qualidade percebida pelo consumidor dos produtos oriundos da região. O produto regional seria o diferencial e não mais um determinado produto de uma empresa. Um trabalho de *marketing* envolvendo desde a análise da demanda e sua segmentação, passando pelas estratégias de distribuição, contratos, adequação da produção primária, rastreabilidade, etc. deveria ser implantado imediatamente com vistas à criação deste selo de indicação de procedência e qualidade monitorada.

## **5 Considerações finais**

A problemática do desenvolvimento de uma região como a Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul e, especificamente o município de Pelotas, neste estudo, possui interfaces e abrangência que transcendem os setores e aspectos aqui abordados. Por isso, não trata-se de apresentar soluções para os problemas deste município e região, mas sim, demonstrar a capacidade de desenvolvimento associada a fruticultura e a atividade doceira lá existente, bem como algumas potencialidades associadas a rastreabilidade e identificação de procedência.

No entanto, a fruticultura e a atividade doceira estão entre as alternativas de destaque para o desenvolvimento do município de Pelotas e região, visto que, já representam significativa participação na economia do município, quer seja mediante o valor agregado conforme apresentado na Tabela 2, a ocupação direta de mão-de-obra no campo e na cidade, além do estímulo de setores de serviços direta e indiretamente interligados com as atividades, como no caso do turismo, da pesquisa e desenvolvimento, da manutenção da cultura, e outras atividades.

Sendo a fruticultura um setor já presente na recuperação do desenvolvimento de Pelotas e região, apresentando acúmulo de conhecimento e capacidade tecnológica ao longo da cadeia produtiva cabe avançar em direção as exigências do mercado, através da adoção da rastreabilidade, como é o caso da produção de pêssego sob iniciativa da Empresa Oderich S/A. Ou seja, tem-se na produção rastreada a garantia e a abertura de novos mercados, bem como um diferencial competitivo frente às exigências dos consumidores, aspecto ainda pouco observado pelos consumidores nacionais, mas que certamente serão presente em um futuro próximo.

No setor doceiro, com o objetivo de superar os problemas de falsificação e uso indevido da denominação “Doços de Pelotas”, torna-se necessário desenvolver um projeto de desenvolvimento e criação de um selo de identificação de procedência, garantindo a qualidade e a autenticidade dos já conhecidos e apreciados nacional e internacionalmente “Doços de Pelotas”.

Sendo assim, tem-se nestes dois setores dinâmicos e articulados da economia de Pelotas uma alternativa real e dotada de potencialidades para o desenvolvimento de um local que já foi destaque de riqueza e distribuição de renda no estado do Rio Grande do Sul.

## 6 Referências

ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul**: causas e perspectivas. Porto Alegre: FEE, 1994.

ALONSO, J. A. F.; O cenário regional gaúcho nos anos 90: convergência ou mais desigualdade? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 31, n.3, p. 97-118, nov. 2003.

BAGOLIN, I. P., GABE, J., RIBEIRO, E. P. Crescimento e Desigualdades no Rio Grande do Sul: Uma Visão de Curva de Kuznets para os Municípios Gaúchos (1970 – 1991). In: II ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA. Porto Alegre: FEE, **Anais**, 2004.

BRAGA FURTADO, M. **Síntese da Economia Brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos (LTC), 1988

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local** - Estratégias para a Conquista da Competitividade Global com Base na Experiência Italiana. São Paulo: Atlas, 1998.

CASTRO, A. M. G.; LIMA, S. M. V.; FREITAS FILHO, A. Análise de Cadeias Produtivas Agropecuárias e Oportunidades para a Automação – Embrapa: DPD. **Revista Brasileira de Agroinformática**, Brasília, v.1, n.1, 1998, p. 53-65.

DIGIOVANI, M. S. **Certificação, rastreabilidade e normatização**. Boletim informativo da FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná – 705. Disponível em: <<http://www.faep.org.br>> Acesso em 05 de agosto, 2006.

FERREIRA, E. de F. **Estudo do programa de fruticultura irrigada de clima temperado da Região da Campanha do Rio Grande do Sul, visto através do Sistema Integrado Agronegocial (SIAN)**. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

FEE. **FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA**. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em 02 ago., 2006.

IBGE. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria>>. Acesso em : 04 de fev., 2006.

LARA, J. A. F. de, *et al.* **Rastreabilidade da carne bovina: uma exigência para a segurança alimentar** Semina: Ciências Agrárias, Londrina, v. 24, n. 1, p. 143-148, jan./jun. 2003 Disponível em: <<http://www.uel.br/proppg/semina/pdf/semina>> Acesso em: 05 de ago., 2006.

LEADER. *Liaison entre Actions de Développement de L'Économie Rurale. A competitividade dos territórios rurais à escal global*. Caderno 6, Fascículo 5, 2002.

MAGALHÃES, M. O. **Doces de Pelotas: tradição e história**. Pelotas. Editora Armazém Literário, 2001.

MARION FILHO, Pascoal José. A economia Gaúcha (subsidiária) frente as crises da mineração e do café. **Economia e Desenvolvimento**. Santa Maria, n.09, p.30-45, dezembro, 1998.

OLIVEIRA, J. C. **Desenvolvimento Humano, Desigualdade de Renda e Pobreza nos Conselhos Regionais e Municípios do Rio Grande do Sul entre 1970 e 1991**. Tese (Doutorado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PORTUGAL, C. A. **Associativismo Rural e Desenvolvimento Local - o caso APAEB**. In: XL CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Passo Fundo SOBER, **Anais**, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Feira Nacional do Doce**. Disponível em: <[http://www.pelotas.com.br/politica\\_desenv\\_economico/desenv\\_economico/feira/feira\\_doce.htm](http://www.pelotas.com.br/politica_desenv_economico/desenv_economico/feira/feira_doce.htm)>. Acesso em: 10 ago., 2006.

QUEVEDO DOS SANTOS, J. R. e TAMANQUEVIS DOS SANTOS, J. C. **Rio Grande do Sul: Aspectos da História**. 2. ed. Porto Alegre: Martin Livreiro, 1990.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais. **Diagnóstico preliminar para o setor de doces artesanais**. Porto Alegre, 2000.

SILVEIRA, V. C. P.; BATISTA, I. M.; MACHADO, J. A. D. **As Diferenças Econômicas no Rio Grande do Sul e seus Reflexos no Setor Agropecuário**. In: SEGUNDO ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA. Porto Alegre: FEE, **Anais**, 2004.

SPERS, E. E. Qualidade e segurança em alimentos. In: ZYLBERSTAJN, D., & NEVES, M.F. (Org.) **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares**. São Paulo: Atlas, 2001.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil** (1500/1820) 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

VAZQUEZ BARQUEIRO, A. *Desarrollo local: una estrategia de creación de empleo*. Madrid: Ed. Pirámide, 1998.